

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM DA CRIANÇA SURDA FILHA DE PAIS OUVINTES: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NESSE PROCESSO

Elaine Tótolli de Oliveira

Instituto Federal do Paraná / Campus Umuarama – elaine.totoli@ifpr.edu.br

Jaqueline Moritz

Instituto Federal do Paraná / Campus Umuarama – jaqueline.moritz@ifpr.edu.br

Emanuelle Tótolli de Oliveira Cezário

Universidade Paranaense/ UNIPAR – emanuelle.totoli@hotmail.com

Resumo: O processo de comunicação dos sujeitos, normalmente, ocorre por meio da linguagem verbal dependendo da audição. Quando se trata de criança surda este paradigma é quebrado. Portanto propôs-se a realização deste estudo abordando algumas situações vivenciadas no cotidiano da criança surda filha de pais ouvintes. A pesquisa objetiva-se na análise sobre o impacto do diagnóstico da surdez e o processo de aceitação da família. Verifica-se a língua materna da criança surda considerando que seu primeiro contato deu-se com usuários da língua oral, seus pais. Salienta-se a importância do envolvimento familiar nesse processo e o quanto essa interação e relação interferem no desenvolvimento emocional e sociointeracional da criança surda. Pôde-se analisar o compartilhamento entre família e escola na formação dessa criança e o uso da língua de sinais como forma de comunicação da mesma. Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa, tendo como base a teoria de vários autores que se empenharam em estudar o processo de desenvolvimento cognitivo e de aquisição da linguagem de crianças surdas. Por meio desta pesquisa, pretende-se contribuir com aqueles que buscam esses conhecimentos, com o objetivo de auxiliar e/ou direcionar familiares ouvintes que se deparam com diagnóstico da surdez de seu filho.

Palavras chave: Surdez. Família. Aquisição da Linguagem.

INTRODUÇÃO

Na vida humana, o desenvolvimento da criança recém-nascida é o resultado da interação entre a criança e o adulto cuidador. O primeiro grupo social de contato com a criança recém-nascida é a família, da qual dependerá o desenvolvimento de suas funções vitais, além da responsabilidade de apoiar e sustentar esse novo ser perpetuando o legado cultural. A opção por esta pesquisa se justifica pela necessidade de buscar esclarecimentos sobre qual seriam as orientações básicas e necessárias a ser apresentada aos pais da criança surda, recém-diagnosticada com surdez.

Se uma criança nasce ouvinte em lar de pais ouvintes, sabemos que sua língua materna será a mesma falada pelos pais (a língua oral), surge

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

então a problemática de, qual seria a língua materna de uma criança surda que nasce de pais ouvintes?

O presente estudo tem o objetivo de mostrar quais os caminhos a serem percorridos pelos pais ouvintes de criança surda, após receberem o diagnóstico da surdez; esclarecer como ocorre o processo de aquisição da linguagem e a importância da relação familiar nesse processo; conscientizar acerca da importância do diagnóstico e estimulação precoce; levar o leitor a compreender a fase do “luto” e do preconceito. Além de apresentar qual é a língua materna da criança surda, filha de pais ouvintes e a importância do compartilhamento entre família e escola para que não haja atraso no seu desenvolvimento linguístico, educacional, emocional, social e cultural.

METODOLOGIA

A presente averiguação foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas qualitativas relacionadas ao tema. Na primeira seção, que trata sobre a importância do diagnóstico e da estimulação precoce: reação inicial teve-se como referencial Osório (1996), Tavieira (1995), Gorsk (2010), Danesi (2001), Mello (2004), Goldifeld (2001), Oliveira (1997), Vigotski (1991 e 2002) e Aranha (2007).

Na segunda e terceira seção que trata do processo de desenvolvimento da língua materna: a importância da interação; qual a língua de sinais utilizada pela comunidade surda do Brasil, além da importância da educação e do compartilhamento entre família e escola do surdo tais investigações foram pautadas nos referenciais acima citados acrescentados de: Brasil (2002), Miranda (2001), Gabriel (200), Fernandes (2003) e Skilar (2001).

A Importância do Diagnóstico e Estimulação Precoce: reação inicial

Segundo Osório (1996), quando uma mulher está gestante, os genitores, idealizam o filho perfeito. No entanto, ao serem notificados que tiveram um bebê com deficiência ou qualquer patologia que tenha como consequência o atraso do seu desenvolvimento, tendem a enfrentar períodos difíceis, principalmente no que tange às interações com seu bebê, devido a fatores emocionais. Segundo Tavieira (1995), inicialmente existe um período de crise, seguido de tristeza e ansiedade, até que

gradativamente, ocorra uma reorganização emocional resultando na aceitação de seu bebê. O autor afirma que inicialmente as mães são submetidas a um sentimento de choque e descrença, cujo processo denomina-se de reação inicial de crise. Esse período, normalmente, é acompanhado de depressão e “desorganização emocional”. Com o passar do tempo, os pais procuram adaptar-se com o objetivo de tentar ajudar a criança com deficiência e, lentamente, atingem o estágio de "organização emocional". Segundo Osório (1996) o mesmo acontece com o diagnóstico da criança surda, os pais, em primeiro momento recusam-se a aceitar a surdez do filho, expondo-o assim a condição de preconceito. O autor afirma que a família é a base do desenvolvimento da criança surda. De forma que, o período de luto traz atrasos no desenvolvimento da linguagem e da compreensão de mundo. Portanto, é imprescindível que os profissionais envolvidos (médico otorrinolaringologista; fonoaudiólogo) possam orientar a família de que, essa criança deverá iniciar o processo de estimulação e de aprendizado da língua de sinais, própria de uma comunidade surda, já existente, tornando-se um indivíduo com característica e cultura própria capaz de desenvolver-se intelectualmente como qualquer criança ouvinte.

Como mencionada anteriormente, ao ser diagnosticada a surdez do filho, os pais sentem-se desamparados e acaba por produzir certo preconceito á diferença, buscando, constantemente, a “cura”, por meio de tratamentos reabilitatórios. Na maioria das vezes, recebem essas orientações de profissionais da área da saúde que também não foram preparados suficientemente para dar os devidos encaminhamentos.

Segundo Gorski (2010), apesar dos avanços da medicina, nem sempre os problemas auditivos são detectados nos bebês rapidamente. Infelizmente, muitos casos são diagnosticados tardiamente, muitas das vezes, pela própria má observação dos pais. De acordo com Danesi (2001), as relações existentes, o ambiente social e emocional, o acompanhamento do desenvolvimento da criança e as expectativas em relação a ela são fatores de grande influência na evolução dessa criança.

A autora acrescenta que, quanto mais cedo a criança surda tiver contato com a língua de sinais, maiores serão as possibilidades de desenvolver suas potencialidades.

De acordo com Mello (2004), a concretização das potencialidades acontece, na maioria das vezes, por meio do desenvolvimento das formas especificamente infantis de atividades: lúdica, prática e plástica, e também da comunicação das crianças entre si e entre os adultos.

A criança surda que não recebe estimulação precoce começa a se comunicar por meio de gestos, e a ausência dessa estimulação pode prejudicar seu desenvolvimento linguístico e, conseqüentemente, cognitivo. Toda criança deve receber atendimento de estimulação na mais tenra idade, pois segundo Goldfeld (2001) o correto é que seja evitado que essa criança tenha tempo de desenvolver sua própria linguagem gestual caseira, suprimindo suas necessidades de comunicação, pois isso faz com que a mesma se acomode e tenha dificuldade em desenvolver a língua de sinais padrão, ou seja, a língua utilizada pela comunidade surda. Lembrando que, há controvérsias em relação a isso, pois alguns autores não reconhecem que a língua de sinais seja realmente uma língua, considerando-a altamente prejudicial ao aprendizado da língua oral. Essa é uma discussão que não será abordada nessa pesquisa, pois não faz parte do enfoque da mesma, podendo ser desenvolvida em um próximo artigo.

De acordo com (Oliveira, 1997) a aprendizagem pode ser definida como o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores etc. Ou seja, é a partir do contato com a realidade, com os diversos ambientes e com as outras pessoas.

Algumas teorias mostram que os três primeiros anos de vida são determinantes para o aprendizado de línguas, seja ela qual for; e que, a partir dos sete anos, o aprendizado torna-se mais dificultoso. Considerando que o aprendizado de uma língua não acontece de forma descontextualizada, Aranha (2007) salienta que, é fundamental que a criança vivencie a língua utilizando-a. Lembrando que a língua adquirida deverá ser utilizada para diferentes objetivos e funções, de acordo com os contextos e ambientes.

Considerando a teoria sóciointeracionista de Vygotsky (1991) a aprendizagem ocorre por meio da interação social. Segundo o autor, a interação, por meio das relações sociais, é fundamental para o processo de aquisição da linguagem e desenvolvimento humano em todos os seus aspectos: cultural, emocional, cognitivo e social. Segundo Vygotsk (2000), é na troca com outros sujeitos e consigo próprio que se vão internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação de conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação da própria consciência.

No entanto, Lacerda complementa que o aprendizado da língua de sinais é fundamental, pois, sem ela, as relações mais aprofundadas se tornam impossíveis. A autora afirma que sem o conhecimento da LIBRAS, a relação do aluno surdo com os demais alunos e com os professores, se limita a trocas de informações básicas, que são enganosamente “acreditadas por todos” como satisfatórias e adequadas.

Conclui-se assim que a aprendizagem tem importante relação com a aquisição da linguagem, pois é por meio dela que o sujeito passa a interagir com o mundo.

Percebe-se que, de acordo com Vygotsky (1991), a aquisição da linguagem se dá a partir das relações interpessoais. Assim sendo, o meio social, linguístico e cultural em que a criança vive, é fundamental para sua aprendizagem e desenvolvimento. Do mesmo modo, Goldfeld (2001) ressalta que, se houver atraso de linguagem a criança terá seu aprendizado escolar comprometido.

Processo de Desenvolvimento da Língua Materna: importância da interação

De acordo com Gorski (2010), o bebê que nasce surdo balbucia da mesma maneira que um bebê de audição normal, mas seus sons começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva, fator de extrema importância para a aquisição da linguagem oral. Dessa forma, não adquire a fala como meio de comunicação, pois, não a percebendo, não se interessa por ela e, não tendo retorno auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões. Esse indivíduo naturalmente desenvolve uma linguagem gestual, e poderá ter absoluto desenvolvimento linguístico por meio dessa língua.

A autora destaca ainda que a comunicação deveria acontecer por meio da língua de sinais o mais cedo possível, para que o bebê surdo pudesse desenvolver-se mais rapidamente e de forma padronizada.

Ingressando na escola para surdos, o indivíduo estará incluído na comunidade surda, envolvida na cultura surda, passando a utilizar a língua de sinais para se comunicar, se expressar, ter acesso aos conteúdos curriculares e, finalmente, para construir sua identidade.

Na escola, segundo Goldfeld (2001), a criança estará incluída em um ambiente sociocultural e educacional. Estando em contato com o outro, passará a compreender e ser compreendido, a aprender por meio do que os outros transmitem por meio da língua de sinais. Considerando que, trata-se de uma língua adaptada às suas necessidades linguísticas e culturais, ou seja, se apresenta na modalidade espaço-visual. Portanto, na escola para surdos, esta criança terá as mesmas possibilidades de desenvolvimento das crianças ouvintes que estudam no ensino comum.

Gorski (2010) ressalta que, existem três abordagens que poderão ser adotadas na educação da criança surda, delas dependerá o sucesso ou não do processo de ensino e aprendizagem. São elas: o oralismo (ensinar o surdo a falar), a

comunicação total (o uso de todos os meios de comunicação, fala/sinais) e o bilinguismo (uso da língua se sinais como primeira língua e do português escrito).

Segundo o autor, a proposta que mais tem se destacado atualmente é a do bilinguismo, sendo adotada recentemente no Brasil, tem trazido excelentes resultados na educação de surdos, por ela, a surdez não é vista como uma incapacidade, mas como uma especificidade, não como uma deficiência, mas como uma diferença. O bilinguismo propõe que o surdo adquira a língua se sinais o mais precoce possível, assim como os ouvintes adquirem a fala. Sendo assim, as crianças surdas passam pelos mesmos estágios que a criança ouvinte, sendo: período pré-linguístico, estágio de um sinal, estágios das primeiras combinações e estágio das múltiplas combinações.

Assim a criança surda poderá adquirir sua língua sem muito esforço, a partir de um trabalho sistematizado e eficiente.

A Língua de Sinais da Comunidade Surda Brasileira

De acordo com o estudo, entende-se que a língua de sinais é o meio de comunicação mais adequado à pessoa surda, por pertencer à cultura surda.

Segundo Goldfeld (2002), a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi desenvolvida a partir da Língua de Sinais Francesa. De acordo com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002,

Fernandes (2003) esclarece que a LIBRAS constitui um sistema linguístico de difusão de ideias e fatos provenientes de comunidades surdas do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria. A língua de sinais possibilita a interação entre pessoas surdas e ouvintes. Permitindo a inclusão social e comunicação com os outros surdos em todo território nacional.

Skilar (2001) acrescenta que, estatísticas internacionais comprovam que, cerca de 95% das crianças surdas nascem em família ouvinte, e que a maioria dessas famílias oralistas desconhecem ou rejeitam a língua de sinais.

O estilo e a forma de comunicação a ser utilizada pelos pais da criança surda, em casa, deve ser a mesma a ser utilizada na escola. Quando a criança surda nasce na família de ouvintes, de princípio ela irá viver num contexto oralista, repercutindo assim em uma limitação linguística, diferente da criança surda que nasce em lar de pais surdos, esta terá a informação visual garantida por meio da língua de sinais e a mesma será sua língua materna. Para tanto, conclui-se que é imprescindível que a família da criança surda aprenda, o mais rápido

possível, a língua do filho para que possa contribuir e participar efetivamente do seu desenvolvimento.

Educação para Compartilhamento: família e escola

Segundo (Miranda, 2001) a criança deve o mais precoce possível ser encaminhada a um centro de atendimento educacional especializado, para aquisição da língua de sinais, cultura e identidade.

A escolha de um atendimento para a criança surda está relacionada às condições individuais de cada uma delas e às escolhas da família. Outros fatores importantes são o tipo da perda auditiva, a época em que foi diagnosticada a surdez e a idade que se iniciou a sua educação escolar, esses são fatores que irão determinar as diferenças de atendimento especializado específico.

A língua materna é uma língua desenvolvida naturalmente pelos indivíduos em seu contexto familiar. Tratando-se de uma criança ouvinte, imersa no ambiente linguístico, todas chegam à escola falando sua língua materna, cabendo à escola apenas a sistematização do conhecimento. Porém a maioria das crianças surdas não tem essa imersão linguística em suas famílias, no entanto chega até a escola sem uma língua definida. Nesse caso a escola deve oferecer-lhe condições para adquirir a língua de sinais (L1) e o aprendizado da língua portuguesa (L2).

Para Gabriel (2000) essa parceria, entre família e escola, deve ser dialógica, interativa e participativa. Considerando que a ponte entre essas duas instâncias é o filho surdo, este necessita de um ambiente linguístico e cultural adequado para que possa expressar-se e ser compreendido pela sociedade.

Diante do exposto, não resta dúvida da importância da participação da família no desenvolvimento da criança surda. Neste contexto, a escola deve organizar-se para envolver os pais e permitir o delineamento de caminhos para o desenvolvimento multidimensional dos alunos.

Destaca-se que, para acontecer a plena inclusão da criança surda em meio a sua família, esta deve, não apenas participar das atividades escolares ao lado do filho, mas também, praticar, prioritariamente, o uso efetivo da língua de sinais, em casa e nos demais ambientes, além de uma boa relação entre família e escola. Sendo estes fatores, essenciais

para que haja um bom processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Esclarece-se por meio deste estudo a importância da criança surda ser inserida em contexto escolar para aquisição da língua de sinais e também, da família tornar-se usuária dessa língua para que possam estabelecer a comunicação além de participar das atividades escolares do filho surdo, além de ter a condição de realizar interpretações nos mais diversos contextos do cotidiano do mesmo, conseqüentemente, enriquecendo-o de conhecimento de mundo, fator primordial na formação do cidadão. Tendo a certeza de que os pais ativos, em casa, exercem o seu papel familiar e, na comunidade, colaboram para a sua cidadania. Tendo a plena consciência de que, o que acontece no âmbito familiar tem uma grande importância no desenvolvimento e aprendizagem da criança surda.

Conclusão

Por meio desta pesquisa podemos entender que a família é a base para o pleno desenvolvimento emocional, psíquico e social da criança surda. Podemos observar que o sucesso ou fracasso no processo de aquisição da linguagem e da identidade por parte desta criança dependerá da decisão tomada pela família. Percebemos que, muitas das vezes, devido ao período de luto e a falta de orientação adequada, ocorre um atraso significativo em procurar os recursos necessários para o bom desempenho no processo de educação e que tais atrasos podem causar danos irreparáveis.

Ainda foi possível constatar a importância de essa criança ser inserida em escola especializada, receber a estimulação necessária, na idade certa, do convívio com a comunidade surda adulta e o uso efetivo da língua de sinais pela mesma e sua família, para que a esta criança possa obter o máximo de informações possíveis e conseqüentemente aprender mais e desenvolver sua cidadania. É indispensável que a família mantenha um bom relacionamento com a escola a fim de receber as orientações necessárias para dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem da criança surda.

Podemos concluir que quanto antes for diagnosticado a surdez e a criança for encaminhada ao atendimento educacional especializado necessário, a mesma terá oportunidades iguais as de uma criança ouvinte, mesmo que, seja por meio de encaminhamentos, métodos e estratégias diferenciadas.

Referências Bibliográficas

ARANHA, M.S.F. de. **Saberes e Práticas da Inclusão Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais de alunos Surdos**. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de abr. 2002.

DANESI, M. C. **O admirável mundo dos surdos**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2001

FERNANDES, Eulalia. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GABRIEL, C. T. **Escola e cultura: uma articulação inevitável e conflituosa**. In: CANDAU, Vera (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo, SP: Plexus, 2001.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus editora, 2002.

GORSK. M.C.B. **Rios e cidades: Ruptura e Conciliação**. SENAC São Paulo, 2010.

MELLO, S. A. A escola de Vygostky. In: CARRARA, Kester. **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.

MIRANDA. W. **Comunidade dos surdos: olhares sobre os contatos culturais**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2001.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo, SP: Scipione, 1997.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

Taveira, R.M.T. (1995). Privação auditiva precoce em crianças portadoras da Síndrome de Down e suas implicações para o desenvolvimento da linguagem. Dissertação de mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. e. ed. Tradução, José C. Neto, Luis S. Menna Barreto, Solange C. Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

